

Água vai, água vem



Por **JEAN MARC VON DER WEID***

A mídia convencional falha ao não apontar as causas mais profundas dos fenômenos climáticos

As inundações no Rio Grande do Sul não são novidade. Nos anos 40 do século passado houve uma inundação avassaladora, recorde que se manteve até essa de dias atrás. Novidade é a frequência do evento: no ano passado houve mais duas enchentes de grandes proporções, entremeadas por uma seca pesada. Foi uma espécie de pré-estreia da catástrofe atual, cujas proporções são sim, o grande fato novo.

Muito já foi dito sobre a combinação de fatores climáticos que geraram precipitações atípicas de chuvas, concentradas em poucas horas e dias, ultrapassando a capacidade de escoamento de rios, lagos e lagoas. Por outro lado, vários artigos apontaram para a ausência de manutenção nas infraestruturas de controle de enchentes montadas e incrementadas desde os anos 40 e que desabaram com a pressão das águas. E foi muito denunciada a posição do governo do Rio Grande do Sul, desfigurando a legislação ambiental e facilitando a eliminação de matas ciliares em benefício do agronegócio (entre outros absurdos).

O que falta para a opinião pública acordar? A meu ver a mídia convencional tem tratado estes eventos corretamente (até certo ponto), apontando para o aquecimento global como motor da mudança climática e das catástrofes, além das responsabilidades de diferentes níveis de governo. O negacionismo é uma raridade em jornais e televisões, mas impera nas redes sociais. Onde a mídia convencional falha é ao não apontar as causas mais profundas dos fenômenos climáticos. A culpa é do aquecimento global, e este é provocado pela queima dos combustíveis fósseis. Mas a explicação para por aí.

Por outro lado, importantes atores econômicos cuja ação está na origem das catástrofes ignoram solenemente o seu papel criminoso e isto se reflete na política, já que eleitos de todos os níveis têm, muito frequentemente, algum “rabo preso” com poderosos *lobbies* que financiam as suas campanhas.

O melhor exemplo deste negacionismo aberto ou disfarçado é o empresariado do agronegócio e a sua bancada ruralista no Congresso e em inúmeras Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores, além de representantes em governos estaduais e prefeituras. Para estes atores da economia e da política, a gritaria na mídia convencional não tem o menor efeito.

Eles continuam, impávidos, devastando o meio ambiente com desmatamentos e queimadas, legalizando a ocupação de matas ciliares e encostas, poluindo terras e águas com agrotóxicos cada vez mais perigosos, eliminando a biodiversidade, destruindo solos, ampliando as áreas áridas e semiáridas, para citar apenas alguns dos perversos efeitos da relação entre o agronegócio e a natureza. Mais de 20 projetos de lei estão sendo aceleradamente tramitados no Congresso e cada um deles tem efeitos que favorecem o aquecimento global.

Quem pensa que este é um caso de ignorância está sonhando. Se assim fosse um esforço de informação e de educação

poderia superar a falta de consciência, pelo menos para uma boa parte deste público. Infelizmente, o fator essencial é outro: chama-se ganância (*greed*, em inglês). Ganha-se mais dinheiro e mais rapidamente adotando o modelo destrutivo do meio ambiente e do planeta. O que importa é o lucro máximo de curto prazo.

Muitos destes ruralistas estão conscientes dos problemas que causam, mas esperam que outros façam o esforço de evitar que eles se agravem, enquanto embolsam lucros polpudos com suas práticas destrutivas. Se os impactos ambientais dificultarem a produção, o agronegócio primeiro passará a conta das perdas para o governo de plantão que a abonará, como todos têm feito nos últimos 50 anos, senão desde a chegada de Pedro Álvares Cabral. Quando as coisas piorarem, abandonarão a devastação que provocaram e irão viver de gordas rendas em algum lugar do planeta que não esteja em grande risco.

A má notícia é que não vai dar mais para ir para Miami, já que esta meca dos rentistas brasileiros está a caminho de ser alagada pelo aumento do nível do mar em meados deste século. Os oásis dos ricos serão cada vez mais diminutos, à medida que a temperatura média do planeta vai subindo, mas o dinheiro permitirá que eles prolonguem seu bem viver por mais tempo que os 90 a 99% da população. Mais da metade destes menos aquinhoados em todo o mundo já tem uma vida repleta de carências básicas, que a fazem mais curta. Mesmo no cataclismo, as diferenças de classe permanecem.

Se convencer agentes econômicos dos impactos catastróficos de seus negócios é uma quimera, como conseguir que eles deixem de agir como agem? É papel do Estado garantir o presente e o futuro dos cidadãos e a história mostra que avanços no controle dos impactos do capitalismo, quando ocorrem, são resultado de medidas públicas restritivas com punições severas para os infratores. Mas o capitalismo não é dominante por acaso e estes controles (pontuais, localizados e temporários) nunca foram capazes de deter a catástrofe que já nos atinge em todo o mundo. Eles sequer foram capazes de limitar a aceleração do tsunami ambiental em curso.

Mais uma vez, não se trata de pura ignorância ou negacionismo entre os políticos de todo o planeta, embora existam muitos Bolsonaros, Trumps e Mileis por aí. Presidentes dos Estados Unidos já foram iluminados por estudos científicos e até de *think thanks* militares apontando para muitos dos riscos crescentes, pelo menos desde a presidência de Jimmy Carter. Mas as pressões dos *lobbies* interessados na manutenção do *status quo* prevaleceram, junto com a reação dos eleitores a cada ameaça ao destrutivo “*american way of life*”. Obama foi mais longe do que todos seus antecessores e sucessores, pelo menos nos seus discursos nos seus últimos anos de governo, 2015 e 2016. Barack Obama apostou em jogar suas últimas fichas políticas na COP de Paris que comemorou um aparente sucesso ao arrancar um acordo para conter o aquecimento global em 1,5° C até 2050.

Infelizmente, o relatório do IPCC que serviu de base aos debates em Paris, lançado em 2013, já estava defasado em relação aos últimos desdobramentos da crise climática e este aquecimento limite já podia ser considerado ultrapassado. Os primeiros meses de 2024 viram este índice, previsto para meados do século, ser batido várias vezes, embora ainda não na média anual. Este recorde, anualizado, deve ser batido e ultrapassado ainda neste ano ou no próximo. Agora a aposta é impedir o aquecimento acima de 2° C até meados do século, mas a rapidez com que o índice anterior foi batido não promete sucesso nesta empreitada.

Barack Obama foi imediatamente desautorizado por seu sucessor, o nefando Donald Trump, que se retirou do acordo de Paris (Joe Biden voltou a ele na sequência). Outros presidentes tentaram aplicar algumas medidas de restrição ao uso de combustíveis fósseis, como foi o caso de Emmanuel Macron, na França, submetido a fortes pressões de motoristas (os famosos coletes amarelos), profissionais ou não, e que foi obrigado a recuar.

A indústria petrolífera, apesar de profetizar o “fim da era do petróleo” para breve, está se mostrando disposta a pressionar pelo uso dos combustíveis fósseis “até a última gota”, assegurando lucros polpudos com as altas previstas dos preços. E as petroleiras contam com o suporte de todos os governos dos países mais importantes que gastaram a bagatela de sete trilhões de dólares anualmente em subsídios e isenções de impostos para manter os preços acessíveis aos usuários de todo tipo. Todos os gastos voltados para a chamada economia verde são uma fração mínima deste valor.

Ou seja, entre “responsáveis” (ou irresponsáveis) políticos e agentes econômicos poderosos, estamos em pleno “business as usual” (mais do mesmo) em termos de contenção (mais bem ampliação) das emissões de gases de efeito estufa.

E o público em geral? Podemos classificá-lo em vários tipos: (i) Negacionistas religiosos: os que acreditam que as catástrofes climáticas acontecem como punição divina por pecados cometidos. (ii) Negacionistas liberais: os que acreditam que a “narrativa” do aquecimento global é um engodo comunista para impedir o livre funcionamento do mercado. (iii) Negacionistas nacionalistas de esquerda: os que acreditam que o aquecimento global é uma criação do imperialismo para impedir o progresso dos países em desenvolvimento.

(iv) Defensores do controle relativo das emissões dos GEE (uma variante da categoria anterior): são os que reivindicam a liberdade de seguir emitindo GEE pelos países em desenvolvimento e cobrando dos países capitalistas avançados o esforço necessário para limitar o aquecimento global. Algo como: “você já poluiu e aqueceu o mundo para se desenvolver de modo que agora o peso das medidas de controle das emissões deve recair sobre você”. Em outras palavras, este é o time que defende o direito “histórico” de aquecer o planeta. (v) Defensores de políticas de controle das emissões de GEE, desde que não afetem o modo de vida que adotaram.

Esta última categoria é muito numerosa e politicamente influente. São os que não aceitam deixar de usar seus carros particulares como meio de transporte, comerem picanha até regurgitar e consumirem sem restrições todos os confortos, necessários ou não, oferecidos pelo mercado. São os que estrebucham cada vez que os preços dos combustíveis sobem, uma medida essencial para fortalecer o caminho para sua substituição.

No Brasil temos uma combinação muito negativa destas categorias, começando pelos responsáveis políticos.

Lula elegeu-se com um discurso forte contra os desmatamentos e colocou-se como um campeão ambientalista na COP de Sharm-el Sheik, no Egito, em 2022, pouco depois de sua eleição esfregando o focinho de Jair Bolsonaro no *fotochart*. Lula prometeu zerar os desmatamentos em todos os biomas do Brasil durante o seu governo. Não disse, porém, uma palavra sobre a redução do uso de combustíveis fósseis. Uma vez no governo, Lula passou a lutar pela ampliação da exploração do petróleo, pelo controle dos preços dos combustíveis e pelos investimentos da Petrobras em refino. Com essa postura Lula se colocou na categoria (iv) da nossa tipologia.

Já a promessa de “eliminar os desmatamentos em todos os biomas do Brasil” ficou restrita à Amazônia, em 2023. Mas mesmo neste bioma temos que constatar que o patamar de desmatamentos do governo de Jair Bolsonaro era tão elevado que a queda de 60% no índice ainda o manteve mais alto do que nos anos de Dilma. E, por outro lado, os índices no Cerrado dobraram e aumentaram (em porcentagens menores) em todos os outros biomas. Finalmente, mesmo na Amazônia as queimadas foram recorde em 2023, elevando muito a nossa contribuição para o aquecimento do planeta.

É verdade que contribuímos pouco para as emissões oriundas do uso de combustíveis fósseis, mas as emissões por desmatamento e queimadas nos levam para o quinto lugar entre os maiores emissores de GEE. Estamos atrás apenas dos Estados Unidos, China, Rússia e União Europeia (como conjunto).

Em relação ao desmatamento/queimadas o governo mantém uma atitude ambígua, com um discurso contrário às práticas destrutivas do agronegócio, mas sem medidas robustas, necessárias para contê-las. Pior ainda, o governo mandou uma mensagem simpática aos desmatadores ao repelir uma carta da União Europeia anunciando a decisão de não importar qualquer produto agropecuário oriundo de áreas desmatadas.

O curioso é que esta discussão ocorreu no quadro das negociações do acordo União Europeia/Mercosul, embora a decisão europeia não esteja subordinada a este entendimento e faça parte de uma votação do parlamento europeu que está ratificada por quase todos os parlamentos nacionais. Mais curioso ainda é o fato de que o acordo contém cláusulas extremamente negativas para nós e nossos vizinhos (que mereciam ser repudiadas), mas a reação se deu sobre a carta ameaçando os desmatadores, de interesse do agronegócio exportador de carne bovina.

a terra é redonda

O público brasileiro tem sido solidário com as vítimas da catástrofe gaúcha, mais do que em eventos anteriores. Resta saber se os hábitos de vida de cada um são compreendidos como parte das causas do desastre. E se cada um estaria disposto a mudar de vida para salvar o planeta para os nossos filhos e netos.

É claro que há uma importantíssima responsabilidade do governo na redução das emissões de GEE por uso de combustíveis. As pessoas só abandonarão o transporte privado individual (carros) para usar o transporte público quando as adequadas políticas de Estado criar um transporte público de qualidade (metrô, ônibus, trens, barcas) e inibirem o uso de carros privados a não ser para atividades essenciais. Não é isso que estamos vendo. Ao contrário, investe-se ou subsidia-se a indústria automotora e ignora-se o transporte coletivo. O modal de transporte de cargas continua sendo baseado em caminhões, não só muito poluente e gerador de GEE, mas também caro, em comparação com outras formas, predominantes nos países desenvolvidos.

O caminho a percorrer - se quisermos fazer a nossa parte na defesa do futuro do planeta - vai ser árduo e talvez demasiado tardio.

**Jean Marc von der Weid é ex-presidente da UNE (1969-71). Fundador da organização não governamental Agricultura Familiar e Agroecologia (ASTA).*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)